

## Histórico da Pacificação

“Em outubro passado [do ano de 1977], à margem do rio Branco, em Mato Grosso, aconteceu o primeiro contato dos índios zorós com a cultura branca. E, como eles viviam em estado inteiramente primitivo, o encontro da expedição da FUNAI com os indígenas foi precedido por dezoito dias de angústia e espera. Durante todo o tempo em que a equipe esteve na região dos índios, promovendo expedições na selva e pelo rio, os zorós observaram sem se aproximarem. Somente quando tiveram certeza que os invasores eram pacíficos é que resolveram visitar o acampamento. Chegaram desarmados, com mulheres e crianças, numa clara demonstração de que estavam em missão de paz. Eram apenas vinte, embora o número de malocas existentes faça supor uma tribo de aproximadamente 350 indígenas. (...)

O pequeno monomotor sobrevoava a maloca pela segunda vez, quando apareceu um grupo de índios para observar a estranha e barulhenta máquina voadora que invadia o seu mundo [...].

O objetivo do vôo era dar ao sertanista Apoena Meireles uma visão geral da localização das malocas e uma avaliação do número de índios que vivem na área. Meireles, 28 anos, era responsável pela expedição que tentaria o primeiro contato com esses indígenas, que vivem entre os rios Branco e Roosevelt, no oeste de Mato Grosso, nas proximidades da fronteira com o Território de Rondônia. A região, inteiramente coberta pela floresta amazônica, vem sendo ocupada por fazendeiros, o que obrigou a FUNAI a promover a expedição para contatar e preparar os índios para o convívio com a civilização. (...)

Apoena instalou seu acampamento à margem do rio Branco, próximo da fazenda Castanhal. Faziam parte da equipe, além de Meireles, os técnicos indigenistas José do Carmo Santana (Zé Bell) e Hugo Pedro da Silva, três peões contratados em Vila de Rondônia, três índios suruí, dois gaviões, um cinta-larga e um xavante. Os índios foram levados para servir como intérpretes, já que uma de suas línguas deveria ser parecida com a dos zorós. Acreditava-se que os suruí pudessem entender bem os zorós [o que, se viu depois, não foi possível, pois as línguas zoró e suruí, ainda que da mesma família, se distanciam bastante], embora houvesse uma certa apreensão em relação a esse encontro: as duas tribos sempre foram inimigas. (...).

Partindo do acampamento, uma picada foi aberta na direção dos caminhos que os zorós utilizam durante suas caçadas. Alguns presentes deixados na picada tinham a finalidade de atrair os indígenas. Mas Meireles não pretendia ficar parado ali, esperando que eles aparecessem, já que o contato prometia ser fácil e rápido. Os zorós construíram malocas nas proximidades do rio Branco, depois que abandonaram as margens do rio Roosevelt - onde viviam - por causa do aparecimento de fazendas na área. Fugindo em direção ao rio Branco, os zorós encontraram uma outra fazenda que estava sendo aberta na margem oposta. A situação dos índios ficou crítica: não poderiam subir em direção à cabeceira do rio por causa dos suruí, mas também não poderiam seguir o caminho das águas por causa dos brancos. (...).

Cercados, os zorós, ao chegarem à margem do rio Branco, resolveram atacar os empregados da fazenda Castanhal: em dois ataques mataram três trabalhadores e feriram bastante um quarto. (...) Os irmãos José e Miguel Fortes, proprietários da Castanhal, ordenaram que nenhum mal fosse feito aos índios. Apenas determinaram que os peões passassem a trabalhar em grupo, sempre com uma espingarda à mostra, para deixar claro que também possuíam armas.

Em 1972 Apoena e Zé Bell haviam descido o rio Branco e não encontraram vestígio dos zorós. Sabiam no entanto da existência dos indígenas nas cercanias do rio Roosevelt, e por esse motivo pediram a interdição daquela faixa de terra entre os dois rios - o que não aconteceu. O aparecimento dos cabeças-secas na Castanhal - apesar de provocar mortes entre os peões - teve aspectos positivos. Como não tiveram represália pelos ataques, os indígenas passaram a observar os trabalhadores de longe, e no início deste ano um grupo de vinte surgiu na beira do rio e acenou para o barqueiro Roque Nunes. Roque, ao ver que o grupo estava desarmado, atravessou o rio e se aproximou dos índios. 'Quando saltei da canoa', conta, 'não sabia quem tremia mais de medo, se eu ou os índios. 'Depois desse encontro cerca de oitenta zorós visitaram a fazenda, mas, passado um certo tempo voltaram a desaparecer.

Apoena Meireles pretendia contatar no início o grupo que tinha surgido na Castanhal, para, através dele, chegar aos habitantes das malocas mais afastadas. Como já tínhamos sobrevoado dez malocas [aldeias], estimávamos que mais de 350 índios viveriam na região, sendo que a maioria - principalmente os que vivem próximo ao rio Tiroteio, um afluente do Roosevelt - tem evitado qualquer aproximação com os brancos. Acompanhados de Roque Nunes e Gustavo Luís de Almeida, que tinham feito um bom relacionamento com o grupo de zorós que visitou a fazenda Castanhal, seguimos para as malocas mais próximas. Acreditava-se que elas ficavam a quatro horas de caminhada na selva, mas somente depois de onze horas, em ritmo acelerado, conseguimos alcançá-las. As malocas que visitamos estavam vazias. Os índios tinham plantado a roça e saído pela selva caçando. Deixamos presentes, como espelhos, facões, panelas e anzóis, e fomos embora. (...) Em linha reta, numa medição feita de avião, o percurso tinha trinta quilômetros, o que nos fez estimar a distância por terra em sessenta quilômetros.

Depois de um dia de descanso no acampamento, subimos o rio Branco na esperança de encontrar algum grupo de zorós pescando. [...] Encontramos muitos vestígios dos cabeças-secas, mas não chegamos a ver nenhum deles. Resolvemos então regressar e aguardar uns dias no acampamento antes de outra investida. Mas não foi preciso esperar muito. Os zorós encontraram os presentes e seguiram a picada aberta a partir da trilha deles. A estratégia tinha surtido efeito. Os zorós chegaram [no dia 22 de outubro] ao acampamento desarmados, pois haviam deixado suas flechas escondidas na selva para demonstrar que estavam em missão de paz. Quatro índios adultos se aproximaram em primeiro lugar. Depois, quando já estavam inteiramente à vontade, apareceram uma mulher e uma criança, até então escondidas observando o encontro. O contato acontecera depois de dezoito dias de angustiante expectativa. Mas aquele dia reservava outra surpresa. Roque Nunes encontrou outro grupo de zorós à margem do rio, do qual faziam parte alguns índios que o conheciam da fazenda e chamaram por ele. Zé Bell subiu o rio com Hugo para buscá-lo, enquanto Apoena entretinha os que haviam chegado por conta própria ao acampamento. Dos índios que Apoena levou, apenas os gaviões e o cinta-larga entenderam a língua a língua dos zorós, o que desmentia a versão de uma antiga união desses indígenas com os suruíis. [...]

Altos e gentis, alguns índios alcançavam 1,75 metros de altura. Durante as duas horas e meia que passaram conosco no acampamento, os zorós se comportaram de uma maneira impressionante. Não mexiam em nada sem pedir autorização. Queiram saber o nome de tudo e de todos. Os gaviões e o cinta-larga não tiveram sossego: traduziam e explicavam o tempo todo. Os zorós queriam as novidades como presentes, mas foram os facões, espelhos, panelas e anzóis os utensílios que fizeram mais sucesso entre eles.”

**(Praxedes, Cesarion, 1977. “Primeiro encontro com os índios Zorós”, Revista Geográfica Universal, 38: 68-79).**

Transcorridos apenas dois meses do encontro com a expedição da Funai, os Zoró já haviam contraído gripe e malária dos peões da fazenda Castanhal (estes, mais de trezentos trabalhando em derrubadas e na formação de pastagens), e muitos vieram a falecer nos meses seguintes aos primeiros contatos.

Em meados do ano seguinte, uma família zoró acampada nas proximidades da atual Barreira (a aldeia *Zawã Kej Alakit*) foi atacada por Suruí armados de espingarda. Morreram então dois homens, uma mulher, uma moça e uma criança. A tocaia aconteceu, segundo disseram os Suruí aos funcionários da Funai, num “ato de vingança contra os zorós que há dois anos mataram uma família inteira de suruí” (Estado de São Paulo, 1978a; Chapelle, 1978).

Temendo novos ataques, 185 Zoró deixaram a área interditada havia pouco, e reuniram-se aos Gavião na Área Igarapé Lourdes, a cento e cinquenta quilômetros a oeste e trinta dias de caminhada (Moore, 1981). Em outubro, contudo, a maioria deles retornou ao seu território original.

Os Zoró foram reunidos pelos funcionários da Funai numa única aldeia, quinze quilômetros à leste do rio Branco, onde estava o posto da Frente de Atração. Ali estiveram até maio de 1980, quando novamente a maior parte buscou refúgio na Área Igarapé Lourdes. Desta feita, devido ao abuso de mulheres e maus tratos por funcionários da Funai lotados na Frente de Atração (Forseth & Lovøld, 1984; Cloutier, 1988; Gambini, 1983).

Apenas um pequeno grupo permaneceu na aldeia *Bobyrej* (a atual aldeia “Central”, onde está localizado o antigo posto da Funai). Durante essa segunda temporada com os Gavião, de cerca de um ano, os Zoró foram “convertidos” ao conjunto de crenças cristãs professadas pelos missionários das Novas Tribos do Brasil. Poucos meses depois, um sertanista da Funai conseguiu recambiar algumas famílias ao posto da Frente de Atração Zoró.

O novo encarregado da Frente, por sua vez, deu início a um desmedido programa de roças comunitárias, que exigia o engajamento diário de todos os homens da comunidade, desejando transformá-los em agricultores sedentários. Um regime impositivo de trabalho agrícola foi observado pelos antropólogos noruegueses Elizabeth Forseth e Lars Lovøld, quando ali estiveram em agosto de 1981. Notaram que a proibição da caça durante os dias úteis restringiu a distribuição de comida apenas aos trabalhadores, levando à redução da quantidade e do valor nutritivo da alimentação de mulheres e crianças.

Ainda mais danosos foram os efeitos colaterais da sedentarização imposta pela Funai. O posto onde se aglutinaram os Zoró estava no setor noroeste da área interditada, bem distante do eixo da estrada construída pelo Condomínio Lunardelli a sudeste. Sob a alegação de que tal porção da área seria oportunamente desinterditada, a direção da Funai autorizou sua construção, facilitando o acesso às fazendas dos grupos Ometto, Parizotto, Banco Meridional do Brasil, Agropecuária Central e Companhia Vale do Rio Roosevelt, situadas mais ao norte, entre os rios Roosevelt e Guariba. Em pouco tempo, a estrada do Condomínio Lunardelli tornou-

se a principal via de penetração de invasores e grileiros, que assim devassaram uma vasta extensão da área indígena.

### **Invasão e conflitos**

Em agosto de 1985, cada vez mais apreensivos em razão da invasão de seu território, quarenta guerreiros zoró, munidos apenas de arcos e flechas, fizeram uma expedição de advertência, e capturaram três invasores, detidos na aldeia por alguns dias – até então, os Zoró não suspeitavam que os invasores eram tão numerosos. As negociações para a liberação dos reféns foram concluídas com a promessa de retirada de todos os invasores da Área Indígena Zoró, concentrados no então “Núcleo Quatorze de Abril”.

Ainda em 1985, a Funai contratou os serviços do DSG – Departamento de Serviço Geográfico do Exército para a realização dos trabalhos de demarcação física da Área Indígena Zoró. O quadro de tensão e conflitos agravava-se, bem como a sua repercussão na imprensa nacional e internacional.

Num primeiro momento, os líderes zoró, à frente o *zapijaj* Pajo (“Paiô”), adotaram iniciativas pacíficas para a retomada de seu território, a exemplo das comitivas para Cuiabá e Brasília, quando falaram diretamente com as autoridades responsáveis (Gambini, 1987). Os invasores, entretanto, exigiam a exclusão de cento e vinte mil hectares da Área Indígena Zoró, já desmatados e ocupados com benfeitorias. Favorável ao pleito, o Governo do Estado de Mato Grosso criou o distrito “Paraíso da Serra” no interior da Área Indígena Zoró (Lei Estadual 5.112, de 9 de abril de 1987). À época, já residiam no núcleo urbano em formação mais de cem famílias, apoiadas por autoridades e políticos matogrossenses, a exemplo do deputado estadual Kazu Sano, do PMDB.

Nesse ínterim, a Área Indígena Zoró foi aprovada pelo Grupo de Trabalho Interministerial em 19 de fevereiro de 1987 e, em seguida, declarada de ocupação dos Zoró pelo Decreto n. 94.088, de 11 de março de 1987. Tais medidas, sem dúvida, resultaram de pressões internacionais sobre o governo brasileiro, principalmente a manifestação do Banco Mundial, que então financiava o asfaltamento da rodovia Cuiabá-Porto Velho (BR-364) através do Programa Polonoeste.

Contudo, os órgãos governamentais, especialmente a Funai, o Mirad – Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário e o Interamat – Instituto de Terras de Mato Grosso, tardaram a executar a necessária desintrusão da área indígena. O descaso propiciou a ação, em larga escala, de grileiros, e em 1988 já havia mais de quinhentas famílias de posseiros concentradas no distrito Paraíso da Serra. Os jornais noticiavam também a ação de madeireiras, que extraíam ilegalmente mogno e cerejeira das terras indígenas.

Em resposta à insistência dos Zoró, a Funai instalou uma barreira policial precária no limite sul da Área Indígena Zoró, para controlar o trânsito na estrada e coibir mais invasões e o saque de madeira. Cansados da espera por uma solução definitiva, todavia, alguns Zoró renderam-se às negociações diretas com os invasores de suas terras, recebendo para isso mercadorias, alguns remédios e muitas promessas.

O acordo com os posseiros, sobre o qual não havia consenso sequer entre os próprios Zoró, no entanto, trazia apreensão aos povos indígenas vizinhos, pois a invasão ameaçava se alastrar pelas Áreas Indígenas Roosevelt, Aripuanã e Sete de Setembro. Daí que, em outubro de 1988, centenas de guerreiros cinta-larga, suruí, gavião e arara reuniram-se em caravana para forçar madeireiros e posseiros a se retirar das terras zoró. Quando retornavam, um pequeno grupo foi perseguido e emboscado por pistoleiros, alvejando pelas costas o ancião Yamner Suruí, de cerca de 68 anos. Duas semanas depois seu cadáver, completamente carbonizado, foi

localizado à beira da estrada, a oito quilômetros de Paraíso da Serra. O inquérito policial indiciou apenas alguns dos pistoleiros, mas nenhum dos possíveis mandantes.

*Por fim, o Decreto 265, de 29 de outubro de 1991, homologou a demarcação administrativa da Terra Indígena Zoró, com 355.789 hectares. Sua desocupação, porém, deu-se apenas em meados de 1992, quando os invasores foram reassentados nos projetos Lontra e Filinto Müller, no norte do município de Aripuanã. Mais uma vez, o posicionamento de agências multilaterais e, em particular, do Banco Mundial, que impôs a desintrusão da TI Zoró como condição para o Programa Prodeagro em elaboração, contribuiu decisivamente para solução de um impasse que se arrastava há quase dez anos.*